

“Her mon mæg giet gesion hiora swæð”:¹

Uma breve história sobre os estudos anglo-saxônicos.

Elton O. S. Medeiros

Doutor em História Social-USP
eosmedeiros@hotmail.com

Resumo

Os estudos sobre a Inglaterra anglo-saxônica possuem uma longa e consolidada tradição internacional de pesquisas, mas que é pouco conhecida no Brasil, ainda limitada a trabalhos sobre o poema *Beowulf* e referências históricas ao período das incursões vikings. O objetivo deste artigo é apresentar ao leitor esta tradição, suas origens e as principais referências para aqueles que buscam uma introdução sobre o assunto.

Palavras-chave: Inglaterra, estudos anglo-saxônicos, Idade Média.

Abstract

The studies on Anglo-Saxon England have a long-established international tradition of researches, which is not well-known in Brazil, where are still restricted to works related to the poem *Beowulf* and historical references of the Viking raids period. The aim of this article is to present to the reader this tradition, its origins and main references for those who seek an introduction to this subject.

Keywords: England, Anglo-Saxon studies, Middle Ages.

1 Introdução

Desde o final do século XX ocorre em nosso país o que talvez possamos chamar de um novo despertar de interesse pelo período medieval. O que chama a atenção não é exatamente o fenômeno em si, mas a escolha dos objetos de estudo decorrentes dele. Tradicionalmente, fruto da influência da escola francesa na historiografia medieval brasileira, predominam estudos voltados para regiões recorrentes, como França e Península Ibérica, e, em boa parte, com abordagens focadas a temas pertinentes ao período da Baixa Idade Média. No entanto, este novo despertar de interesse pela Idade Média que vem se observando tem promovido uma maior variedade de temas direcionados a outras regiões e outras historiografias além do âmbito francês.

As causas para isso podem ser creditadas em parte à rápida evolução dos meios de comunicação ao longo do final do século XX, permitindo o contato em um nível mundial entre pesquisadores, sistemas eletrônicos de busca mais ágeis, a facilidade e rapidez no acesso a transcrições de documentos, a versões digitalizadas dos mesmos e referências bibliográficas diversificadas e atualizadas, entre outros fatores. Aliado a isto, obviamente, o interesse pessoal dos indivíduos ao terem contato com fontes que, anteriormente, muitas vezes lhes eram desconhecidas. Tudo isso teria levado a novas linhas de pesquisas voltadas para novas regiões geográficas e momentos do período medieval.

É claro que isso não significa a inexistência no Brasil de pesquisas desse tipo anteriores ao momento a que estamos nos referindo. Um grande exemplo – senão o melhor exemplo – é a tese de 1942 do professor Eurípedes Simões de Paula: “*O comércio varegue e o grão-principado de Kiev*”, sob a orientação do professor Jean Gagé, pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Contudo, nas décadas seguintes, a tese do professor Eurípedes se revelou como sendo uma das poucas produções acadêmicas deste tipo na área, tornando-se um exemplo de exceção que confirmava a regra dentre as produções acadêmicas posteriores.

Desta forma, em função dos elementos citados, é perceptível um crescimento da produção de artigos, dissertações, teses e o surgimento de núcleos e grupos de estudos e periódicos que, nas últimas décadas, passaram a contemplar temas que antes eram raros dentro da academia brasileira, pesquisas dentro das mais diversas áreas, voltadas à Europa setentrional, Alemanha, leste europeu, Rússia e o Islã, por exemplo.

Dentre essas novas temáticas de pesquisas recentes, neste artigo iremos destacar uma que está voltada para o norte europeu (especificamente Inglaterra e Escandinávia), uma área de estudos já consolidada internacionalmente, mas ainda pouco desenvolvida no Brasil: os estudos anglo-saxônicos.

1.1 Os Primórdios dos Estudos Anglo-Saxônicos

Primeiramente, o que viria a ser os “estudos anglo-saxônicos”? Os estudos anglo-saxônicos, como o nome sugere, é o campo de estudo voltado ao período anglo-saxônico da Inglaterra, mais comumente chamado de “Inglaterra anglo-saxônica”, abrangendo um recorte cronológico entre os meados dos séculos V ao XI – desde as primeiras incursões e o assentamento das tribos germânicas dos anglos, jutos e saxões no território da antiga província romana da *Britannia* até a invasão normanda de 1066, com a morte do último rei anglo-saxão (Harold Godwinson) na batalha de Hastings e a

ascensão do duque da Normandia ao trono inglês – abrangendo estudos dentro das mais diversas áreas do conhecimento, como história, arqueologia, literatura, filologia, antropologia e semiótica, entre outras.

Este período da história inglesa por longo tempo esteve restrita ao campo dos estudos puramente arqueológicos e literários, enquanto no que dizia respeito ao seu aspecto histórico ainda havia muito das distorções e apropriações românticas do século XIX. Entretanto, em meados do século XX isso começou a mudar, principalmente a partir de obras como, por exemplo, os clássicos *The Anglo-Saxon England* (1943), de Sir Frank Stenton; *The beginnings of English society* (1956), de Dorothy Whitelock; e *An introduction to Anglo-Saxon England* (1959), de Peter Hunter Blair; que até hoje se mantêm como obras de referência para o assunto.

A tradição de estudos sobre a Inglaterra anglo-saxônica remonta suas origens ao século XVI. Matthew Parker (1504-1574), arcebispo de Canterbury, seria um dos primeiros nomes na Inglaterra a quem poderíamos nos referir. Ele seria responsável por possuir um grande conjunto documental e sabe-se que, já durante o período elisabetano, ele e pessoas próximas a ele utilizavam tais documentos para estudos sobre o período anglo-saxão (Keynes 2004: 37). No começo do século XVII teremos Richard Verstegan, com seu livro intitulado *Restitution of Decayed Intelligence in Antiquities* (1605), que tratava das origens germânicas do povo inglês e que serviu de inspiração para o artista J. M. Rysbrack (1694-1770) compor um conjunto de esculturas em tamanho natural, representando as antigas divindades pagãs, no ano de 1720 (Keynes 2004: 36-37). A partir de fontes e impressões de autores anglo-normandos dos séculos XII e XIII, surgiram livros como *Historie of Great Britaine* (1611) de John Speed, *History of Britain* (1670) de John Milton e coleções como a *History of England* (1726-1731) de Paul Rapin-Thoyras e *History of England* (1754-1763) de David Hume, que se destacavam em relação a outras obras contemporâneas a elas e de qualidade duvidosa (Keynes 2004: 37). Além desses exemplos, temos uma das primeiras obras específicas e de cunho mais acadêmico sobre o assunto: *History of the Anglo-Saxons* (1799-1805) do historiador inglês Sharon Turner.

Nessa mesma época, no campo artístico temos a produção de ilustrações dos mais variados tipos e temas abordando o passado anglo-saxão, obras como as gravuras de Charles Grignion e desenhos de Samuel Wale (1721-1786) que tratam de eventos e “pseudo-eventos” da história do período anglo-saxônico e que serviam para ilustrar diversos livros de histórias populares entres as décadas de 1760 e 1780. Este tipo de trabalho acabou ganhando grande respeitabilidade entre os artistas da época, como uma forma de (através da representação artística de temas históricos) dar sua impressão a respeito do desenvolvimento de uma consciência histórica nacional. Dentre eles, além dos já citados, destacam-se Benjamin West (1738-1820), que era o “Pintor Histórico Real” do rei Jorge III, e sua obra “Alfred the Great divides his Loaf with a Pilgrim” de 1779, e Sir David Wilkie (1785-1841), que foi o responsável pela concepção de “Alfred Reprimanded by the Neatherd’s Wife”, pintura que foi realizada por James Mitchell em 1828. Além de pinturas e ilustrações temos também outros tipos de trabalhos, como inúmeros poemas sobre a figura do rei Alfred; como um de Wordsworth em que ele fala sobre “O pio Alfred, querido rei da Justiça! Senhor da harpa e da lança libertadora” (Keynes 2004: 37). Contudo, talvez com exceção da supracitada obra de Turner e mais algumas poucas, e apesar de poemas, textos e obras de arte, o interesse pelo passado anglo-saxão da Inglaterra ainda estava muito atrelado ao universo dos antiquários e uma vaga (ou quase nenhuma) metodologia de estudo. Foi apenas no início do século XIX

que o interesse pela Inglaterra anglo-saxônica ganhou um perfil mais científico de pesquisa. Mas, curiosamente, não foi na Inglaterra que tal interesse surgiu.

1.2 Os Estudos Anglo-Saxônicos na Escandinávia

Diferentemente do que muitos acreditam (inclusive pesquisadores ingleses), a origem atual dos estudos anglo-saxônicos não tem suas raízes exclusivamente em solo britânico, mas na Escandinávia,² devido aos estudos filológicos que foram introduzidos na Inglaterra a partir de 1830 (Bjork 1997: 111), fruto principalmente de construções nacionalistas do período.

Na Escandinávia, com o fim das guerras napoleônicas, ocorre o movimento de glorificação da pátria, da nação, manifestado através de novas constituições e na produção literária (uma das formas mais artísticas e imaginativas a ser utilizada pelo nacionalismo). Em tal produção houve o desejo de se recuperar um suposto passado comum que legitimasse a sociedade e a cultura da época. É claro que isso não é algo exclusivo dos escandinavos. Tais elaborações, que acabam dando fruto a “mitos de origem” legitimadores, são um dos elementos mais comuns encontrados em diversas culturas ao redor do mundo que surgem das mais variadas formas e com os mais variados propósitos dentro de uma cultura ou sociedade, seja como forma de identificação histórica do grupo e dos indivíduos, como forma de legitimação ideológica e de poder político ou como parte do mundo religioso, no âmbito do sagrado.

Tais tipos de construções são de extrema importância para essas sociedades, pois através delas é possível uma identificação de todo o grupo social, justamente por seu aspecto fabuloso, mítico e ao mesmo tempo histórico. Até o século XIX, o termo “mito” designava especificamente tudo aquilo que seria avesso à história: o fabuloso, fantástico, utópico. Mas desde então, essa imagem transformou-se, e assim:

Ao invés de tratar, como seus predecessores, o mito na acepção usual do termo, i.e., como “fábula”, “invenção”, “ficção”, eles o aceitaram tal qual era compreendido pelas sociedades arcaicas, onde o mito designa, ao contrário, uma “história verdadeira” e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo (Eliade 1972: 7-8).

Podemos observar que neste tipo de construção há a preocupação, ou necessidade, pela construção de uma história (propriamente dita) oficial, que mostre as origens e realce os valores e virtudes de uma ou outra sociedade: “Um povo sem história (...) é como se não existisse!” (Eliade 1972: 156).

Um bom exemplo disso pode ser encontrado justamente na Europa do século XIX, quando passa a haver uma nova valorização das tradições históricas de cada país. Temos, por exemplo, na Alemanha o resgate de seu passado germânico, que mais tarde seria apropriado politicamente para a ideia do “mito ariano”; e na Inglaterra vitoriana um resgate do passado bretão, das lendas arturianas e do mundo céltico, como uma forma de um mito de origem comum para todos os habitantes do Reino Unido,³ ou seja, de uma origem “nobre”, “heroica”, “primordial”:

Esse prestígio da ‘origem’ sobreviveu nas sociedades europeias. Quando se empreendia uma inovação, esta era concebida, ou apresentada, como um retorno à origem. A Reforma inaugurou o retorno à Bíblia e ambicionava reviver a experiência da Igreja primitiva, ou mesmo das primeiras comunidades cristãs. A Revolução Francesa tomou como paradigmas os

romanos e os espartanos. (...) ‘Temos nossa origem em Roma!’, repetiam com orgulho os intelectuais romenos dos séculos XVIII e XIX. (...) A intelligentsia húngara encontrava uma justificação para a antiguidade, a nobreza e a missão histórica dos Magiares na saga heroica de Arpad. (Eliade 1972: 157).

Na Finlândia o desejo por uma origem e uma literatura nacional resultará em 1835 na *Kalevala*, organizado por Elias Lönnrot, a maior compilação a partir da poesia oral sobre as narrativas tradicionais do país. Na Dinamarca, Adam Oehlenschläger e N. F. S. Grundtvig buscarão inspiração nas imagens dos tempos da Era Viking e nos ataques sofridos por seu país durante as guerras napoleônicas pela Inglaterra. Podemos ver isso, por exemplo, em um texto de Oehlenschläger, no qual o deus Thor retorna para inspirar os dinamarqueses e noruegueses a lutar com coragem e heroísmo, enquanto com Grundtvig, no poema “Drapa om Villemoes” [“O Poema Heróico de Villemoes”] de 1808, teremos a cena dos portões do mítico Valhalla se abrindo para receber o valente oficial Peter Villemoes, morto em combate contra a marinha britânica. Na Suécia teremos Pehr Henrik Ling, que em 1810 escreve um poema sobre a perda do território da Finlândia onde o rei viking Gylfe (personificando a Suécia) se senta sobre um monte funerário e lamenta a morte de sua amada, Aura (a Finlândia); e temos também Esaias Tegnér e seu poema anti-Rússia “Svea: *Pro patria*”, em que os antepassados vikings se erguem de suas sepulturas para aplaudir os soldados suecos após supostamente reconquistarem a Finlândia. Na Noruega o ímpeto nacionalista faz-se presente com a utilização da *Heimskringla* de Snorri Sturluson (c. 1179-1241), como símbolo da glória do passado do país e de seus antigos reis (Bjork 1997: 114).

Por meio deste mesmo ideal nacional, os escandinavos viam a Inglaterra do período anglo-saxão como possuidora de elementos dinamarqueses, suecos e noruegueses que pertenciam à história de seus antepassados e de seus países. Com o objetivo de construir uma tradição histórica nacional, filólogos escandinavos carregaram os títulos de suas obras com um claro espírito nacionalista. Um das primeiras obras em que podemos ver esse tipo de comportamento e que aproxima a Escandinávia dos estudos anglo-saxônicos é de Grímur Jónsson Thorkelin, *De Danorum rebus gestis seculi III & IV: Poëma Danicum dialecto Anglo-Saxonica* [“Os feitos dos daneses do século III e IV: poema dinamarquês em idioma anglo-saxônico”, Bjork 1997: 115]. Entre 1785 e 1791 Thorkelin havia ido à Inglaterra com o propósito de levar à Dinamarca tantos “documentos escandinavos” quanto pudesse encontrar. Dentre o material que ele obteve estariam duas cópias do poema *Beowulf*,⁴ o qual ele pretendia publicar em 1807. Contudo, isso só foi possível em 1815, devido aos ataques britânicos ao seu país durante as guerras napoleônicas. No prefácio de seu livro, Thorkelin justificou o atraso devido ao fato de “a cidade de Copenhagen, antigo lar dos deuses, ter se envolvido por três vezes em guerra”. Para ele, a produção intelectual da Dinamarca havia sido destruída junto com a cidade, e apenas o amor ao país e o auxílio de seus patronos poderia restituí-la (Bjork 1997: 112-113).

Em 1819, também na Dinamarca, o estudioso N. F. S. Grundtvig publicou uma seleção de trechos traduzidos de *Beowulf* como “Stykker af Sjøldung-Kvadet eller Bjovulfs Minde” [“Fragmentos da Canção de Scylding ou Memorial de Beowulf”], mas em 1820 o título de sua tradução completa do poema foi *Bjovulfs Drape: Et Gothisk Helte-Digt fra forrige Aartusinde af Angelsaxisk paa Danske Rim* [“O Poema de Beowulf: Um Poema Heroico Gótico do Milênio Passado traduzido do Anglo-Saxão para Versos Dinamarqueses”]; e mais tarde, em 1841, ele irá alterar o título para

Bjovulfs Drape eller det Oldnordiske Heltedigt [“O Poema de Beowulf ou o Antigo Poema Heroico Nórdico”], reafirmando assim suas convicções sobre as supostas origens do poema (Bjork 1997: 115-116).

No início do século XIX, conforme foi ganhando mais prestígio e sendo cada vez mais divulgado, o poema *Beowulf* teria sido um dos grandes responsáveis pelo interesse dos escandinavos e alemães pelo passado anglo-saxônico. Como podemos ver pelas posturas e os títulos das obras de Thorkelin e Grundtvig, para eles não havia dúvidas de que *Beowulf* era uma obra pertencente e originária do mundo escandinavo. Ao mesmo tempo, na Inglaterra, J. M. Kemble (1807-1857) afirmava que o poema era inglês; enquanto isso, na Alemanha, Heinrich Leo (1799-1878) afirmava que o texto era alemão, como se pode ver no título de sua tradução de 1839: *Bëowulf, dasz älteste Deutsche, in angelsächsicher Mundart erhaltene, Heldengedicht* [“Beowulf, o mais antigo poema heroico alemão, composto no dialeto anglo-saxão”], fato esse que incomodava Grundtvig profundamente, pois, segundo ele, os alemães apropriavam-se de textos, poemas, das línguas escandinavas e tudo mais como sendo alemão. Para ele, *Beowulf* era um patrimônio dos povos escandinavos e, principalmente, da Dinamarca (Bjork 1997: 116).

Este comportamento de Grundtvig e de outros estudiosos escandinavos dava-se em decorrência de ideias que vinham desde meados do século XVIII, através de nomes como os dos estudiosos Hans Gram, Jacob Langebek e Erasmus Nyerup. Em 1751, Hans Gram já afirmava que a língua era uma parte integrante da história nacional de um povo, que esclarece questões sobre as origens da população e sua relação com outras nações. Ele considerava o islandês como um tipo de “dinamarquês antigo”, mas que haveria uma língua anterior ao islandês e que esta ajudaria a compreender melhor o dinamarquês moderno: o anglo-saxão. Para Gram, esta era a língua de seus ancestrais do sul da península da Jutlândia e de seus vizinhos saxões, que era o povo do qual vieram os dinamarqueses, os quais levaram seu idioma para as ilhas britânicas durante as migrações do século V. Langebek (1772) e Nyerup (1787) mantêm este mesmo ideal de Gram, do idioma anglo-saxão como o idioma ancestral comum aos povos escandinavos de forma geral, mas em especial dos dinamarqueses. Eles atrelavam a história nacional da Dinamarca aos tempos da Era Viking e, antes disso, ao passado heroico de *Beowulf*, separando e preservando sua tradição linguística e sua literatura de influência e apropriações alemãs. Desta forma, o desenvolvimento dos estudos anglo-saxônicos escandinavos surgia como um tipo de barreira nacionalista e filológica contra a Alemanha (Bjork 1997: 116-118).

Este caráter nacional dos estudos escandinavos em relação aos textos anglo-saxônicos também está presente em Thorkelin, ao afirmar que o anglo-saxão era na verdade o dinamarquês, um idioma que havia se mantido puro através do islandês, mas que, no passado, era o mesmo idioma utilizado pelos ingleses e pelos escandinavos durante a Idade Média (com apenas algumas diferenças de dialetos regionais). Porém, nesta mesma época, na Alemanha o enfoque era outro, em que o anglo-saxão era visto, na verdade, como o idioma alemão levado pelos antepassados saxões para a Inglaterra. De qualquer maneira, para os estudiosos escandinavos, o estudo do idioma anglo-saxão (o inglês antigo) fazia-se necessário e obrigatório por ser, segundo a concepção do período, o idioma ancestral a todos eles, principalmente os estudos voltados à língua e aos textos poéticos, como forma de recuperar uma cultura nacional e seu passado glorioso (Bjork 1997: 118-122).

2 Os Estudos Anglo-Saxônicos na Inglaterra

A partir dos estudos filológicos desenvolvidos pelos pesquisadores dinamarqueses, aliados ao interesse dos antiquários e às manifestações artísticas que surgiam desde o século XVIII, teremos o florescimento dos estudos anglo-saxônicos na Inglaterra e o desenvolvimento da visão vitoriana do período. O ímpeto nacionalista que havia surgido na Escandinávia (e Alemanha) entre o final do século XVIII e começo do XIX, agora chegava à Inglaterra e aos Estados Unidos.

A partir da década de 1830 os estudos sobre o período anglo-saxão e sobre o inglês antigo nesses dois países ganham maior força. Entre os norte-americanos a ideia do passado anglo-saxão estava atrelada a aspectos ideológicos e políticos, como forma de reverenciar o passado e as origens do povo norte-americano, vinculando sua ancestralidade não aos ingleses modernos, mas aos “bravos anglo-saxões” do passado, de quem Thomas Jefferson dizia terem adotado seus princípios políticos e forma de governo⁵.

Na Inglaterra, a figura do rei Alfred continuava como principal fonte inspiradora, servindo como símbolo detentor de virtudes e valores excepcionais, a personificação do que havia de mais nobre no povo inglês. Assim, nas primeiras décadas do período vitoriano ocorre a glorificação do passado anglo-saxão⁶. Peças teatrais encenando momentos da história da Inglaterra anglo-saxônica são produzidas, como, por exemplo, *Edwin the Fair*, em 1842, inspirada em alguns momentos da vida do rei Eadwig (c. 955-999). Temos G. F. Watts (1817-1904), responsável pela pintura intitulada “Alfred inciting the English to resist the Danes”, de 1847, que até hoje decora a Casa do Parlamento (Keynes 2004: 37) e Daniel Maclise (1806-1870), pintor da obra “King Alfred in the Camp of the Danes”, em 1852, para a Academia Real. Outro exemplo do caráter nacional que o passado anglo-saxão havia obtido foi a “inauguração” da “Pedra de Coroação”, em Kingston-sobre-Tâmisa. A cerimônia ocorreu no dia 19 de setembro de 1850, e no cartaz de divulgação do evento está em destaque, com letras garrafais: “the CORONATION STONE of the ANGLO SAXON KINGS, THE ANCESTORS OF OUR ILLUSTRIOUS QUEEN” [“a PEDRA DE COROAÇÃO dos REIS ANGLO-SAXÕES, OS ANCESTRAIS DE NOSSA ILUSTRE RAINHA”], além de realçar a presença de membros da maçonaria e sua possível ligação com a figura do rei Athelstan (Hill 2004: 160-161).

No dia 20 de setembro de 1901, como ponto alto das comemorações do milênio à memória do antigo rei de Wessex⁷, na cidade de Winchester foi inaugurada uma estátua em honra do rei Alfred. Após desfiles militares, discursos de várias autoridades, concertos musicais compostos especialmente para a ocasião e uma oração conduzida pelo próprio bispo de Winchester, o então Primeiro Ministro inglês, Lord Rosebery falou ao público:

The noble statue which I am about to unveil can only be an effigy of the imagination, and so the Alfred we reverence may well be an idealised figure. For our real knowledge of him is scanty and vague. We have, however, draped round his form, not without reason, all the highest attributes of manhood and kingship. The Arthur of our poets, the paladin king, without fear, without stain, and without reproach, is to us the true representation of Alfred. In him, indeed, we venerate not so much a striking actor in our history as the ideal Englishman, the perfect sovereign, the pioneer of England's greatness (Abels 1998: 3).

(A nobre estátua que estou prestes a desvelar pode ser senão um símbolo da imaginação, e assim o Alfred que reverenciamos pode bem ser uma figura idealizada. Pois nosso conhecimento real dele é disperso e vago. Nós temos, contudo, agregado em torno de sua forma, não sem razão, todos os mais altos atributos humanos e de realeza. O Artur de nossos poetas, o rei cavaleiro, sem temor, sem mácula, e sem reprovação, é para nós a verdadeira representação de Alfred. Nele, é fato, nós veneramos nem tanto um impressionante ator de nossa história quanto o inglês ideal, o soberano perfeito, o pioneiro da grandiosidade da Inglaterra.)

Apesar do claro apelo patriótico contido nas palavras do Primeiro Ministro, tal discurso descreve de forma geral (e muito bem) a imagem do rei Alfred segundo os ideais da Inglaterra vitoriana. Outra estátua famosa do rei encontra-se na cidade de Wantage, o suposto local de seu nascimento, e nela também encontramos sua imagem ligada ao que o imortalizou nos ideários da história inglesa. O rei está de pé, mirando o vazio, em sua mão esquerda segura um pergaminho, enquanto com a mão direita ele se apoia sobre um grande machado de guerra. A simbologia aqui é clara: o pergaminho representando o conhecimento e a lei, e o machado a proteção e a coragem do rei, como diz a inscrição da estátua:

Alfred found learning dead, and he restored it. Education neglected, and he revived it. The laws powerless, and he gave them force. The Church debased, and he raised it. The land ravaged by a fearful enemy, from which he delivered it. Alfred's name shall live as long as mankind respects the past (Abels 1998: 4).

(Alfred encontrou o aprendizado morto, e ele o restaurou. A educação negligenciada, e ele a reviveu. As leis sem poder, e ele as deu força. A Igreja degradada, e ele a ergueu. A terra arrasada por um temido inimigo, do qual ele se livrou. O nome de Alfred viverá enquanto a humanidade respeitar o passado.)

Já mais próximo do mundo acadêmico destaca-se o nome de John Mitchell Kemble⁸ por seus trabalhos nas décadas de 1830 e 1840, principalmente referentes às traduções e estudos sobre o corpo poético anglo-saxão. Dentre eles, destacamos alguns como: *The Anglo-Saxon Poems of Beowulf* e *The Traveller Song and The Battle of Finnesburh*, ambos de 1833; *A Translation of the Anglo-Saxon Poem of Beowulf, with a Copious Glossary, preface, and Philological Notes*, de 1837; *Solomon and Saturn*, de 1848; e *The Saxons in England* de 1849 (Keynes 2004: 269). A partir de então, os estudos sobre a Inglaterra anglo-saxônica ganharam um caráter mais acadêmico e científico, tentando cada vez mais se afastar da influência dos tipos de obras que (ironicamente) ajudaram a desenvolver o interesse por este campo de pesquisa: as coleções históricas ilustradas, as esculturas, pinturas, poemas, peças teatrais e etc.

Enquanto a década de 1830 teria dado início a uma nova fase dos estudos anglo-saxônicos ou, do ponto de vista acadêmico, dado origem de fato a tal campo de pesquisa, um século se passaria até que uma nova revitalização ocorresse. Foi só na década de 1930 que teria surgido uma nova geração de pesquisadores e novas ideias.

Cerca de um século após Kemble e Grundtvig terem desenvolvido seus trabalhos, surge na Inglaterra J. R. R. Tolkien e seu artigo “Beowulf: The Monsters and The Critics” de 1936 (Nicholson 1966: 51-103). Contudo, antes de Tolkien devemos citar outro trabalho tão importante quanto este. Trata-se do trabalho de 1929 de Levin L.

Schücking⁹. O trabalho de Schücking antecede aos de seus colegas ingleses não apenas cronologicamente, como também na temática. Ele é um dos primeiros – se não o primeiro – a estabelecer um foco de análise sobre o poema na figura das personagens régias e a partir disso discorre sobre os arquétipos e ideais sociais presentes na narrativa como reflexos da sociedade da época. Schücking explora os elementos que constituem a imagem régia em *Beowulf* em seus mais variados aspectos, demonstrando a partir disso a elaboração do ideal régio dentro de toda a literatura do momento, não se restringindo apenas ao mundo anglo-saxônico, mas estabelecendo paralelos com demais obras do cenário germânico e cristão¹⁰ alto-medieval, definindo em linhas gerais tal ideal como um misto do antigo ideal heroico germânico com o estoicismo cristão. Um dos principais aspectos do trabalho de Schücking para as pesquisas da área que se seguiram reside no fato de ele – assim como Tolkien – romper com as abordagens em voga até então e ver o poema como fruto literário, artístico, no qual se espelhavam anseios sociais do período. Em seu caso, argumentar que as figuras régias e aristocráticas da narrativa seriam modelos exemplares para este grupo, tratando assim o poema como um tipo de “espelho de príncipes” (*Fürstenspiegel*, em suas próprias palavras).

Por sua vez, o artigo de Tolkien é considerado um marco para os estudos sobre o poema e para o campo dos estudos anglo-saxônicos de forma geral. Este trabalho é reconhecidamente um marco nos estudos anglo-saxonistas, por valorizar o poema *Beowulf* como um todo, principalmente em relação a seu simbolismo, significado e importância. Neste artigo, Tolkien faz um levantamento geral de pesquisadores e estudiosos do poema, desde Thorkelin até seus contemporâneos, abordando as principais linhas interpretativas do documento, para então expor sua percepção do texto, focada sobre a condição humana das personagens e relacionando-a com elementos artísticos como equilíbrio entre início e fim, o contraste entre juventude e velhice, com os monstros personificando as forças do mal e do caos e colocados no centro da narrativa de forma apropriada. Com este seu trabalho, Tolkien trouxe uma nova luz sobre o poema, salvando-o da tradição de literatos e historiadores que apenas “dissecavam-no”, analisando a obra como partes, como uma mera fantasia folclórica ou relato pseudo-histórico ao invés de ver *Beowulf* como um todo. A inovação na abordagem de Tolkien foi justamente pela análise do poema em sua unidade e por sua verdadeira natureza: uma obra artística poética¹¹. A influência deste ensaio será mais tarde reforçada na década de 80, principalmente no campo da história literária e semiótica, em que não apenas *Beowulf*, mas todo o corpo poético anglo-saxão passa a ser interpretado a partir desta nova metodologia. Tais textos já não são mais estudados como causa, mas efeito, como reflexo do período no qual surgiram (Lerer 1998: 325-339). Na mesma década de 30 teremos nos Estados Unidos o nome de George Philip Krapp, responsável por iniciar a organização da coleção *The Anglo-Saxon Poetic Records* (finalizada nos anos 1950 por Elliott van Kirk Dobbie). Esta coleção tornou-se uma fonte essencial para pesquisadores até os dias de hoje, sendo reeditada esporadicamente desde então.

3 Conclusão

Como já mencionamos no início deste artigo, nos anos de 1940, 1950 e 1960 obras como a de Stenton, Whitelock, Blair e outros começam a surgir, consolidando cada vez mais os estudos anglo-saxonistas como um campo de pesquisa dentro dos

estudos do período medieval inglês. Simon Keynes, Michael Lapidge, John D. Niles, James Campbell, Malcolm Godden são alguns dos principais nomes que podemos citar dos anos 1970, 1980 e 1990, com obras importantes como *Alfred The Great: Asser's Life of King Alfred and Other Contemporary Sources* (Keynes e Lapidge), em que traz uma das mais conhecidas traduções modernas sobre a vida de Alfred o Grande, juntamente com outros excertos de documentos ligados ao rei, e *The Cambridge Companion to Old English Literature* (Godden e Lapidge), obra que também se tornou um referencial na área e que aborda de forma geral diversos aspectos da história literária do período anglo-saxão. Outro momento importante foi a criação, em 1983, da “*International Society of Anglo-Saxonists*”¹². Atuante até o momento, ela congrega pesquisadores de várias partes do mundo, com publicações próprias e também ligadas à Universidade de Cambridge – como o periódico *Anglo-Saxon England* e a coleção de livros *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England* – além de promover convenções bienais¹³.

Na atualidade, começo do século XXI, cada vez mais trabalhos são produzidos na área, com destaque para os nomes de pesquisadores como os de Katherine O'Brien O'Keefe, R. M. Liuzza e Catherine E. Karkov, atuando principalmente no campo dos estudos históricos, arqueológicos, literários ou muitas vezes de forma interdisciplinar. Dentre um dos trabalhos mais recentes e importantes, por exemplo, está a edição e tradução para o inglês moderno da versão em inglês-antigo da obra de Boécio, *Consolatio Philosophiae*, concluída em 2007 (e publicada em 2009) pela Faculdade de Inglês (Faculty of English) da Universidade Oxford, pelo grupo de pesquisa liderado por Malcolm Godden e Susan Irvine¹⁴, a primeira tradução completa do texto desde a edição de Walter John Sedgfields de 1900.

De maneira geral, como podemos perceber ao longo de toda a trajetória dos estudos anglo-saxonistas, existem dois tópicos ou temas recorrentes e que até hoje se mantêm como os principais: o poema *Beowulf* e a figura do rei Alfred o Grande. Desde o principio, com os primeiros historiadores anglo-normandos, o personagem do rei de Wessex atrai a atenção de estudiosos. O mesmo se dá com *Beowulf*, pois desde os primeiros estudiosos escandinavos do século XVIII e XIX até hoje o poema cativa leitores e pesquisadores, o que justifica o fato de quase todos da área já terem lidado em algum momento de suas carreiras com algum dos dois ou ambos. Além deles, novos temas têm sido abordados em trabalhos recentes como os estudos voltados à cristianização dos anglo-saxões (como *The Conversion of Britain: Religion, Politics and Society in Britain c. 600-800*, de Barbara Yorke) e práticas mágicas e religiosas (como no trabalho *Popular Religion in Late Saxon England: elf charms in context*, de Karen Louise Jolly; e *Heathen Gods in Old English Literature*, de Richard North). Assim, desde seus primórdios – com obras artísticas, quadros e livros infantis – os estudos anglo-saxônicos se desenvolveram numa área de pesquisa que hoje faz parte do mundo acadêmico dos principais centros de pesquisa sobre o medievo e que começa a esboçar seus primeiros sinais no mundo acadêmico brasileiro.

Referências

Fontes

- BEDE. *Ecclesiastical History of the English Nation: Books I – III* (Loeb Classical Library). Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- _____. *Ecclesiastical History of the English Nation: Books IV – VI* (Loeb Classical Library). Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- BRADLEY, S.A.J. (trad. org.) *Anglo-Saxon poetry*. Londres: Everyman, 2003.
- CHICKERING Jr., Howell D. (trad.) *Beowulf*. Nova York: Anchor Books, 1989.
- GODDEN, Malcolm/ IRVINE, Susan. *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of the Boethius's De Consolatione Philosophiae*, 2 vol. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- HOLLANDER, Lee M (trad.) *The Poetic Edda*. Austin: Texas University Press, 2000.
- KEYNES, Simon/ LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*. Londres: Penguin, 1983.
- KLAEBER, Frederick (ed.) *Beowulf and the Fight at Finnsburg*. Boston: D. C. Heath, 1950.
- KRAPP, George Philip (ed.) *The Anglo-Saxon Poetic Records I: The Junius Manuscript*. Nova York: Columbia University Press, 1931.
- _____. *The Anglo-Saxon Poetic Records II: The Vercelli Book*. Nova York: Columbia University Press, 1932.
- KRAPP, George Philip/ DOBBIE, Elliot van Kirk (ed.). *The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter*. Nova York: Columbia University Press, 1936.
- _____. *The Anglo-Saxon Poetic Records IV: Beowulf and Judith*. Nova York: Columbia University Press, 1953.
- SEDFIELD, Walter John (ed.), *King's Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius*. Oxford: Clarendon Press, 1882.
- SEDFIELD, Walter John (trad.), *King's Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius*. Oxford: Clarendon Press, 1900.
- STURLUSON, Snorri. *Heimskringla or the lives of the Norse kings*. Nova York: Dover, 1990.
- _____. *Edda*. Londres: Everyman, 1998.
- SWANTON, Michael (trad. e org.) *The Anglo-Saxon Chronicle*. Londres: Dent, 1997.
- WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.) *English Historical Documents*. Londres: Eyre & Spottiswoode, 1955.
- _____. *The Anglo-Saxon Chronicle*. London: Eyre & Spottiswoode, 1961.

Bibliografia

- ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998.
- BEAVEN, Murray L. R. The Regnal Dates of Alfred, Edward the Elder, and Athelstan In: *The English Historical Review*, Vol. 32, No. 128, 1917, p. 517-531.
- BJORK, Robert E. Nineteenth-Century Scandinavia and the Birth of Anglo-Saxon Studies. In: FRANTZEN, Allen J./ NILES, John D. (ed.). *Anglo-Saxonism and the Construction of Social Identity*. Gainesville: University Press of Florida, 1997, p. 111-132.

- BJORK, Robert E./ NILES, John D. *A Beowulf Handbook*. Lincoln: Nebraska University Press, 1998.
- BLAIR, Peter Hunter. *An introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- CAMPBELL, James. *The Anglo-Saxons*. Londres: Penguin, 1991.
- CLEMOES, Peter. *Interactions of Thought and Language in Old English Poetry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRANTZEN, Allen./ NILES, John D. (ed.). *Anglo-Saxonism and the Construction of Social Identity*. Gainesville: University Press of Florida, 1997.
- FULK, R. D./ CAIN, Christopher M. *A History of Old English Literature*. Oxford: Blackwell, 2005.
- GEARY, Patrick J. *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.
- GODDEN, Malcolm/ LAPIDGE, Michael. *The Cambridge companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- GREENFIELD, Stanley B./ CALDER, Daniel G.. *A New Critical History of Old English Literature*. Nova York: New York University Press, 1986.
- HODGKIN, R. H. *A History of the Anglo-Saxons*, vol. I-II. Oxford: Oxford University Press, 1967.
- HOWE, Nicholas. *Migration and Mythmaking in Anglo-Saxon England*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- JOLLY, Karen Louise. *Popular Religion in Late Saxon England: elf charms in context*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- JONES, Prudence/ PENNICK, Nigel. *A History of the Pagan Europe*. Londres: Routledge, 1995.
- KEYNES, Simon. Anglo-Saxonism. In: LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 36 – 38.
- LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*. Oxford: Blackwell, 2004.
- LERER, Seth. *Literacy and Power in Anglo-Saxon Literature*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.
- LERER, Seth. *Beowulf and Contemporary Critical Theory*. In: BJORK, Robert E./ NILES, John D. *A Beowulf Handbook*. Lincoln: Nebraska University Press, 1998. p. 325-339.
- LIUZZA, R. M. *Old English Literature: Critical Essays*. New Haven: Yale University Press, 2002.
- McKITTERICK, Rosamund. *The Uses of Literacy in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- NICHOLSON, Lewis E. *An Anthology of Beowulf Criticism*. Indiana: Notre Dame University Press, 1966.
- O'BRIEN O'KEEFFE, Katherine. *Reading Old English Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- OMAN, Charles. *England before the Norman conquest*. Londres: Methuen & Co., 1949.
- ORCHARD, Andy. *A Critical Companion to Beowulf*. Cambridge: D.S.Brewer, 2004.

- PULSIANO, Phillip/ TREHARNE, Elaine. *A Companion to Anglo-Saxon Literature*. Oxford: Blackwell, 2001.
- SCHÜCKING, Levin L. Das Königsideal im *Beowulf*. In: *Bulletin of the Modern Humanities Research Association* 3, 1929, p. 143-154 In: NICHOLSON 1966: 35-50.
- SCRAGG, Donald/ WEINBERG, Carole (ed.). *Literary Appropriations of the Anglo-Saxons from the Thirteenth to the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- SHIPPEY, T. A. The undeveloped image: Anglo-Saxon in popular consciousness from Turner to Tolkien. In: SCRAGG, Donald/ WEINBERG, Carole (ed.). *Literary Appropriations of the Anglo-Saxons from the Thirteenth to the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 215-236.
- STENTON, Sir Frank M. *Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- TOLKIEN, J. R. R. *Finn and Hengest: The fragment and the episode*. Londres: Harper Collins, 1982.
- _____. *The monsters and the critics*. Londres: Harper Collins, 1997.
- WHITELOCK, Dorothy. *The beginnings of English society*. Aylesbury: Penguin, 1956.
- _____. *The Audience of Beowulf*. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- YORKE, Barbara. *Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England*. Londres: Routledge, 2002.
- _____. *The Conversion of Britain: Religion, Politics and Society in Britain c. 600-800*. Harlow: Pearson, 2006.

NOTAS

¹ “Aqui ainda pode-se ver a trilha deles”, frase creditada ao rei Alfred o Grande para o prefácio da tradução em inglês-antigo da *Regula Pastoralis* de Gregório Magno. Todas as traduções de outros idiomas para a língua portuguesa são de nossa autoria.

² Principalmente no que se refere ao campo de estudos históricos e literários.

³ Ao longo do XIX (principalmente durante o período vitoriano) ocorre uma maior valorização do passado de origem céltica, como uma forma de se criar uma suposta identidade nacional dentro da Grã-Bretanha, deixando o passado anglo-saxão em segundo plano (focando apenas em alguns eventos e personalidades), uma vez que só daria respeito aos ingleses. Como consequência desse fenômeno, os estudos anglo-saxônicos e a consciência desse passado teriam ficado relegados a certa “marginalidade” cultural que apenas na segunda metade do século XX e começo do XXI estariam sendo resgatados e recebendo o seu devido valor. Essa questão é abordada profundamente por Shippey 2000: 215-236; e principalmente em Frantzen/ Niles 1997.

⁴ Em 1787 Thorkelin pediu que fosse feita uma cópia do texto, e em 1789 ele mesmo fez uma segunda cópia. A partir dessas duas cópias (conhecidas como *Thorkelin A* e *B*) ele produziu a primeira edição completa do poema.

⁵ Contudo, ao final do século XIX e início do XX, como ideologia racial, esse passado anglo-saxão é utilizado como forma de exclusão social contra irlandeses, sul-europeus e asiáticos (Geary 2005:16-17).

⁶ Que mais tarde perderá este prestígio em prol da ideia de um passado idealizado que englobasse não apenas a Inglaterra, mas os povos das Ilhas Britânicas como um todo.

⁷ Apesar de a data correta ser 899, como William H. Stevenson (um dos grandes nomes dos estudos sobre o período anglo-saxão de seu tempo) reclamou na época numa carta à revista “Athenæum” (Abels 1998, 3).

⁸ Ao mesmo tempo em que o resultado dos trabalhos escandinavos chegava aos pesquisadores ingleses, eles eram calados ou assimilados e suas origens esquecidas. A razão para isso seria, primeiramente, devido ao fato de que poucos pesquisadores sabiam ler ou se davam ao trabalho de compreender os idiomas escandinavos modernos; e, em segundo lugar, o caráter nacionalista no qual os estudos sobre o período anglo-saxão se desenvolviam na Inglaterra. Contudo, apesar de até os dias de hoje não receberem o devido reconhecimento, os estudos anglo-saxônicos de forma geral como campo de pesquisa teria levado muito mais tempo para se desenvolver e chegar ao estágio atual que nos encontramos se não fosse pelos trabalhos dos escandinavos dos séculos XVIII e XIX (Bjork 1997: 122-123).

⁹ Com quase dez anos de diferença, Schücking e Tolkien foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova corrente metodológica (ou ao menos de abordagem teórica das fontes) que desde então influencia boa parte dos pesquisadores dos estudos da área. Seu artigo de 1929, “Das Königsideal im *Beowulf*”, é um dos mais importantes estudos realizados no começo do século XX sobre o assunto, mas que permaneceu à sombra do trabalho de Tolkien, talvez por ser o único a não fazer parte diretamente do círculo de pesquisadores ingleses da época. Contudo, na década de 60, o mesmo foi resgatado e reconhecido dentro da tradição de tais estudiosos, mas ainda assim não superou a notoriedade que Tolkien já havia conquistado entre os pesquisadores anglo-americanos (cf. Schücking 1929, 143-154 In: Nicholson 1966: 35-50).

¹⁰ Como, por exemplo, a *Hildebrandslied*, *Walharius e Ruodlieb*, em paralelo a elementos da tradição cristã presentes em textos como os de Santo Agostinho, Gregório Magno e Martinho de Braga.

¹¹ Em 1875 o dinamarquês Ludvig Schrøder teria apresentado ideias quase idênticas as de Tolkien em seu estudo *Om Bjovalfs-drapen: Efter en række foredrag på folkehøjskolen i Askov* [“Sobre o poema Beowulf: de uma série de palestras da escola pública em Askov”], mas este manteve-se praticamente desconhecido, sendo citado por apenas pouquíssimos estudiosos ingleses do final do século XIX. O que chama a atenção para seu trabalho é que Schrøder supera as abordagens de Grundtvig e antecipa as interpretações de Tolkien. Talvez, se este estudo tivesse ganhado maior destaque em sua época, o marco divisório dos estudos anglo-saxonistas poderia ter acontecido em 1875 e não em 1936 (Bjork 1997: 123-126).

¹² O endereço eletrônico da “International Society of Anglo-Saxonists” (ISAS) é: <http://www.isas.us>, Acessado em 29/03/2012.

¹³ A próxima ocorrerá entre a última semana de julho e a primeira de agosto de 2013, na cidade Dublin (Irlanda), e conta com a organização da University College Dublin e a Trinity College Dublin.

¹⁴ Endereço eletrônico do grupo de pesquisa, disponível em: <http://www.english.ox.ac.uk/boethius/AlfredianBoethiusIndex.html>, Acessado em 29/03/2012.